

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2012

VOLUME I

**FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO
PRODUÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA
TURMA - PDE/2012**

Título: A importância da atuação do Gestor da Escola no enfrentamento da evasão escolar	
Autor	Maria Aparecida Monteiro
Disciplina/Área (ingresso no PDE)	Gestão Escolar
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	Colégio Estadual “Conselheiro Carrão” - Ensino Fundamental, Médio e Profissional - Rua Riichi Tatewaki, nº 755 – Centro
Município da escola	Assaí
Núcleo Regional de Educação	Cornélio Procopio
Professor Orientador	Pedro Ferrari
Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual Norte do Paraná – UENP
Relação Interdisciplinar (indicar, caso haja, as diferentes disciplinas compreendidas no trabalho)	
Resumo (descrever a justificativa, objetivos e metodologia utilizada. A informação deverá conter no máximo 1300 caracteres, ou 200 palavras, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples)	Este material sintetiza uma fundamentação teórica, cujo objetivo é sensibilizar os/as profissionais da educação quanto ao problema da evasão escolar. Busca-se sugerir instrumentos relacionados aos fundamentos pedagógicos e legais do trabalho educativo escolar que direcionem ao conhecimento e reflexão sobre a problemática do abandono escolar, para que seja enfrentado de forma consciente. Espera-se que este texto contribua para subsidiar as discussões inerentes à evasão escolar no sentido de organização de ações considerando as condições de qualidade e o trabalho docente na especificidade do Ensino Médio noturno permeando a coerência e a fundamentação no intuito de proporcionar aos/làs estudantes a elaboração de valores a partir de um pensamento crítico para que sejam capazes de perceber que as possibilidades existem e o caminho para chegar até elas é a escola.
Palavras-chave (3 a 5 palavras)	Evasão escolar. Ensino Médio. Prática pedagógica.
Formato do Material Didático	Unidade Didática
Público Alvo (indicar o grupo para o qual o material didático foi desenvolvido: professores, alunos, comunidade...)	Docentes, gestores, equipe pedagógica, equipe técnico-administrativa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

PRODUÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA
TURMA - PDE/2012

A importância da atuação do Gestor da Escola no enfrentamento da evasão escolar

Professora PDE: Maria Aparecida Monteiro¹
Orientador: Professor Mestre Pedro Ferrari²

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Professor PDE: Maria Aparecida Monteiro

Área/Disciplina PDE: Gestão Escolar

NRE: Cornélio Procópio

Professor Orientador IES: Professor Mestre Pedro Ferrari

IES vinculada: Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Escola de Implementação: Colégio Estadual “Conselheiro Carrão”

Público objeto da intervenção: Docentes, gestores, equipe pedagógica, equipe técnico-administrativa

A importância da atuação do Gestor da Escola no enfrentamento da evasão escolar

**Professora PDE: Maria Aparecida Monteiro¹
Orientador: Professor Mestre Pedro Ferrari²**

1. APRESENTAÇÃO

Esta Unidade Didática sintetiza uma fundamentação teórica, cujo objetivo é sensibilizar os/as profissionais da educação quanto ao problema da evasão escolar. Busca-se sugerir instrumentos relacionados aos fundamentos pedagógicos e legais do trabalho educativo escolar que direcionem ao conhecimento e reflexão sobre a problemática do abandono escolar, para que seja enfrentado de forma consciente. Clareza e discernimento são necessários para entender que é preciso partir das Políticas Públicas Educacionais, mas é preciso começar através da verificação de situações entre a realidade existente e a desejada para propor ações que possam reduzir as diferenças entre o real e o ideal para a escola na qual atuamos.

Espera-se que este texto contribua para subsidiar as discussões inerentes à evasão escolar no sentido de organização de ações, considerando as condições de qualidade e o trabalho docente na especificidade de cada série permeando a coerência e a fundamentação no intuito de proporcionar aos/às estudantes a elaboração de valores a partir de um pensamento crítico para que sejam capazes de perceber que as possibilidades existem e o caminho para chegar até elas é a escola. O enfrentamento da evasão escolar requer o coletivo da escola disposto em aprofundar-se em conhecimentos teóricos para saber agir no sentido de verificar quais ações contribuirão para a construção de novas metodologias norteadoras rumo à efetivação real da escola para todos/as.

Constitui-se fonte de consulta para profissionais da rede Pública Estadual de Educação que tenham interesse em acrescentar dados à compreensão que possuem referente à temática da evasão escolar.

2. O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR

A educação é um direito público e deve ser garantida a todos/as, através de políticas desenvolvidas pelo Estado. Entende-se que a educação é um direito cuja responsabilidade fundamenta-se na atuação do Estado em parceria com a sociedade. Dentre os vários problemas que afetam a educação, a evasão escolar é um dos entraves ao exercício do referido direito.

“Fatores que amarram, são entraves, mas isso não pode levar ao conformismo” (FERRARI, 2012).

Entende-se da contribuição acima que os/as educadores/as não devem ficar passivos diante das faltas reiteradas dos/as estudantes pelos/as quais são responsáveis, pois isso acontecendo esses/as educadores/as estarão omitindo - se da responsabilidade perante a educação e contribuindo para a manutenção da evasão, quando deveria ser o contrário.

Neri (2009, p. 17), expõe que “os/as gestores/as, pesquisadores/as e observadores/as da área social buscam, através das evidências disponíveis, chegar à nova geração de políticas educacionais”. No entanto, se as leis existentes forem cumpridas, o quadro atual da educação terá condições de alavancar rumo ao considerado ideal, não adianta criar leis, é preciso cumprir as existentes. Não cabe à escola, certas medidas, a escola não dá conta de tudo. É preciso coletividade e visão do todo para que os objetivos da educação sejam alcançados.

Uma política educacional baseada em incentivos e metas não deve seguir apenas pelos quesitos técnicos da equidade e da eficiência. Não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis da Política Educacional, como o retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas ações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação são especialmente bem vindas. A literatura social concluiu a tempos sobre o alto poder explicativo da educação na alta desigualdade de brasileiros. Entretanto, faltam ao pai de família e ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do poder transformador da educação em suas vidas como os altos impactos exercidos sobre empregabilidade, salário e saúde. Precisamos, acima de tudo, que se informe a população sobre a importância da educação (NERI, 2009, p.17).

De acordo com o Ministério da Educação, Conselho Nacional de

Educação e Câmara de Educação Básica, a Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, publicada no Diário Oficial da União-Seção 1, p. 20, em 31 de janeiro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares.

A presente Resolução define em seu artigo 14, que o Ensino Médio regular noturno, deve ser adequado às condições de trabalhadores/as, respeitados os mínimos de duração e de carga horária (RESOLUÇÃO n. 2, 2012, p.5).

A consolidação do Sistema Nacional de Educação assegura, “em última instância, as políticas e mecanismos necessários à garantia dos recursos públicos”, exclusivamente para a educação pública, direcionados à superação do atraso educacional e ao pagamento da dívida social e educacional do Estado para com a nação (CONAE, 2010, p. 24).

Do acima exposto, percebe-se que realmente há uma mobilização em nível nacional encabeçada por alguns atores/as ligados/as ao contexto educacional, cujas lutas são pela melhoria da qualidade da educação oferecida ao povo brasileiro, direito esse, garantido pela Constituição Nacional de 1988.

Para Neri (2009, p. 17), o “objetivo de pesquisas sobre educação é subsidiar o debate aferindo os impactos de diferentes políticas sobre o bem-estar da população”.

Estas manifestações, de fato precisam estar em pauta das discussões entre pesquisadores/as e intelectuais que têm o interesse em contribuir para a melhoria da educação, porque os/as educadores/as que estão no exercício de suas funções, dentro das salas de aulas, não dispõem de meios para reivindicar e cobrar nem mesmo seus próprios direitos e muito menos de lutar em favor da qualidade da educação nacional como um todo.

Zanardini e Orso (2008, p. 83), destacam que na década de 1990, o Banco Mundial mediou a política educacional brasileira disponibilizando “cerca de US\$ 1 bilhão”, para o desenvolvimento de seis projetos, “que contemplaram treze estados brasileiros”.

A realização de reformas institucionais, que incluíram mudanças no financiamento e na administração na área da educação, contemplou plenamente a meta da descentralização em quatro estados, que tiveram projetos financiados pelo Banco Mundial (ZANARDINI, 2008, p. 83).

Entre esses quatro estados contemplados está o Paraná, cuja estratégia de descentralização foi desenvolvida através do plano Desenvolvimento Institucional, do Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná, objetivando a melhoria do sistema educacional do Estado.

Com base nos/as autores/as acima citados, percebe-se que o Banco mundial investe na educação para poder ditar as regras políticas que regem todas as instâncias sociais da nação.

As instituições de ensino objetivam a rigorosidade e disciplinamento julgados necessários para o convívio social. Em muitas instituições de ensino, os/as professores/as ainda trabalham de forma mecanizada, com foco na quantidade e não na qualidade dos conteúdos abordados, os quais são repetidos da mesma forma ano após ano, com as mais diferentes turmas, por meio de exposições por parte do/a professor/a e realização de atividades, como cópias de textos e respostas de questões, pelos/as estudantes, sendo mais importante para ambos/as a memorização e cumprimento da tarefa do que a construção do conhecimento e sua relação com o mundo fora da sala de aula (KUENZER, 2006).

Compreender os movimentos necessários a cada operação memorizá-los e repeti-los ao longo do tempo não exige outra formação escolar e profissional a não ser o desenvolvimento da capacidade de memorizar conhecimentos de repetir procedimentos em uma determinada sequência (KUENZER, 2006, p. 2).

De acordo com Kuenzer (2006), o mercado de trabalho exige, cada vez mais, que seus/suas trabalhadores/as tenham uma formação que lhes possibilite o desenvolvimento de atividades em conjunto, pois o pensamento tradicional em que cada um/a era responsável pela sua função precisa dar lugar à coletividade.

Com base nos pontos colocados acima pode-se considerar que professores/as, equipe pedagógica, estudantes, pais, mães e comunidade fazem parte do ambiente cultural e devem participar ativamente e em conjunto das tomadas de decisões da escola, de modo a considerar as dificuldades e conflitos não como problemas, mas sim como oportunidades de aperfeiçoamento e

modificação, construindo a identidade da mesma, por meio da gestão democrática.

Nagel (2010), em relação aos pressupostos pedagógicos básicos da atualidade expõe que a

a)defesa constante da autonomia do aluno; b) aconselhamento de tolerância para com os discentes; c) entendimento de aprendizagem como aventura criadora de cada sujeito; d) percepção de conteúdos de ensino como coerção e/ou inutilidade; e) afirmação da educação como troca de experiência e f) da escola como lugar de encontro (NAGEL, 2010, p. 9).

Tais pressupostos direcionam ao entendimento de que a escola de hoje representa um conjunto de indivíduos iguais que não estão dispostos a lutar por melhorias para si mesmos como também para mudanças que beneficiem a sociedade da qual fazem parte. A construção efetiva de uma educação adequada à sociedade atual, apenas será possível, se os/as educadores/as se dispuserem a refletir sobre sua prática educativa objetivando uma organização de suas ações.

A educação escolar é o caminho mais adequado e mais preparado para formar cidadãos/ãs críticos/as e capazes de lutar contra as injustiças sociais.

O/A gestor/a escolar deve buscar a compreensão das ações inerentes ao cargo que ocupa, pois ele/ela é quem pode tomar decisões relacionadas ao processo democrático no ambiente escolar, visto que a atuação às vezes não apresenta uma articulação com os problemas evidenciados na escola.

No argumento de Nagel

[...] os questionamentos, a respeito da função social da escola surgem ao lado de crises no trabalho em nível internacional. O nó dessa insatisfação é que ele corresponde, historicamente, a problemas da sociedade, não podendo, portanto, ser jogada, com exclusividade, nos braços da escola, no colo dos professores. Aliás, essa é a primeira grande crise da educação, em relação às anteriores, que confere ao professor a maior responsabilidade pelo fracasso da instituição, pelo péssimo desempenho cognitivo dos discentes (NAGEL, 2010, p. 1).

Segundo o questionamento da autora acima, as crises financeiras internacionais refletem diretamente na educação brasileira porque é histórico que a classe trabalhadora sofre as consequências pela falta de sensibilidade por parte dos/as dirigentes da nação e isso tudo reflete-se na escola. Portanto, as crises educacionais são reflexos de crises sociais e a

responsabilidade pelos fracassos dos/as estudantes não pode ser atribuída aos/às profissionais da educação e sim ao próprio sistema educacional brasileiro.

Paro (1999, p. 107), elucida que a escola tem “dupla responsabilidade social: por um lado, é uma mediação indispensável para a cidadania, por outro, porque não pode dar conta de todo o saber produzido historicamente”, coisas realmente relevantes na preparação dos homens para o trabalho.

Mas, para que o trabalho seja mediação para o bem viver, numa sociedade de humanos onde predomine a liberdade, não a necessidade, é preciso que se estejam presentes as demais características que fundem a humanidade do homem, em especial a sua condição de sujeito, em relação de colaboração, não de dominação com os demais (PARO, 1999, p.105).

No pensamento de Paro (1999), a criação humana é infinita e é o/a educador/a quem serve de guia para esse mundo de criatividade infinita. A escola é local onde as pessoas adquirem o saber sistematizado e provido dos elementos culturais necessários, as pessoas têm maiores possibilidades para viver dignamente na sociedade a que pertencem. A tarefa específica da escola é contribuir para a preparação dos/as cidadãos/ãs para que possam ter qualidade de vida e chegar o mais próximo possível do limite máximo da realização humana, além do viver pelo e para o trabalho. A organização escolar resulta em influência positiva sobre o comportamento da comunidade educacional porque promove a democracia e o respeito entre as pessoas que trabalham na escola.

Hidalgo (2004), esclarece que as políticas educacionais da década de 1990 estão ligadas ao processo econômico do final do século XX. A nação fica condicionada aos interesses da economia internacional levando “as teorias da administração empresarial para a organização da administração pública e a consequente adoção destes princípios para a gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares” (HIDALGO, 2004, p.101).

O modelo de gestão da educação implementado a partir de 1990 tem a característica central da lógica de empresa da sociedade capitalista “na gestão do sistema público de ensino, o que implica a aceitação de uma concepção de educação cujo princípio básico siga esta mesma lógica” (ibid, p.

102).

A educação tem como objetivos principais “os interesses sociais mais amplos” (ibid, p.118) dos indivíduos, o que são opostos aos objetivos da atividade produtiva capitalista. Neste sentido, a gestão escolar precisa viabilizar ações que ajudem a determinar a forma de utilizar os recursos disponíveis para a finalidade a ser alcançada. E neste caso a finalidade é a minimização da evasão escolar do ensino médio do período noturno.

Pires (1996, p. 2), autora do texto, Materialismo Histórico-dialético e a educação, assim se posiciona: “a atuação profissional na educação coloca a necessidade de conhecer os mais variados elementos que envolvem a prática educativa, a necessidade de compreendê-la da forma mais completa possível”.

Segundo Pires (1996), o processo educacional não se esgota na dimensão prática, exige a construção de uma formação plena que contribua para a formação integral dos seres humanos.

Para isso os/as gestores/as das escolas devem ser detentores/as de conhecimentos científicos vinculados aos princípios da gestão escolar para que possam atuar através da compreensão da dinâmica social, conseguindo assim uma participação efetiva de todos os membros deste contexto.

A gestão da educação está fundamentada na constituição de um espaço público de direito, no qual deve ser promovido o diálogo, a igualdade e a justiça em todas as esferas. Atitudes essas que contribuirão para a superação do sistema educacional seletivo e excludente. Gestão escolar, implica assumir compromisso com a melhoria da qualidade da educação.

“O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso” (CONAE, 2010, p. 62).

Compreende-se que o/a gestor/a da escola, deve colaborar intensamente na democratização “do acesso e das condições de permanência adequadas aos/às estudantes, sem nenhuma distinção, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã ao longo da vida” (CONAE, 2010, p. 63).

Escola 100% amiga, parceira de todos os/as estudantes não é possível porque temos limites impostos pelas Políticas Públicas Educacionais. A utopia está presente no dia a dia das escolas, pois não conseguem alcançar todos os objetivos. As Políticas Públicas para a Educação não têm a intenção de favorecer para que as escolas cumpram todos os objetivos cuja responsabilidade recai sobre a mesma e é preciso consciência de que a culpa não é só dos/as profissionais da educação. É preciso falar a mesma linguagem para que a função da escola seja cumprida. O/A representante da comunidade escolar não tem que assumir responsabilidades pertencentes ao Estado, deve sim, buscar formas, contribuições, parcerias, coletividade para forçar o Estado a cumprir suas obrigações em relação aos problemas que afetam a educação em geral.

As políticas Pública educacionais são empobrecidas, mas não é por falta de condições monetárias, verbas para aplicação na educação existe, porém é intencional que alguns sujeitos saiam do sistema, que fiquem à margem da sociedade, que não correspondam às expectativas, não está claro, mas sempre alguém deve estar abaixo da condição considerada ideal. É para isso que foi implantado o sistema educacional EJA, que é direcionado às pessoas que não conseguiram permanecer no sistema educacional no tempo certo, porque o sistema dá conta de fazer com que o sujeito pense que o ideal não é para ele.

Torres (2010, p. 8), no texto, Direito à Educação: A Evasão Escolar causada pelo trabalho infantil, contextualiza que “a diminuição dos índices da evasão escolar só ocorrerá caso seja desenvolvido um trabalho entre Estado, [...], os melhores caminhos a percorrer, as reais necessidades” dos/das estudantes.

A escola é um lugar onde tudo está direcionado ao saber, e esse processo de prática - teoria - prática não é linear, mas se desenvolve em círculos concêntricos e crescentes, possibilitando ao/à estudante a busca contínua de novos conhecimentos e novas práticas (GASPARIN, 2005, p. 8).

Para Marx (1983, p.150), “uma atividade orientada a um fim ” é o sentido ontológico do conhecimento, se a escola não proporcionar, o indivíduo pode passar sem conhecer, é responsabilidade dos/das professores/as passar

tais informações, senão estará falhando quanto ao cumprimento do seu papel de educador/a. É o trabalho como princípio educativo.

O/A gestor/a escolar deve direcionar esforços para alcançar os objetivos, comunicar, liderar, motivar, disponibilizar meios, recursos e tempo, ter capacidade técnica para conduzir o planejamento, ser otimista, sempre.

Algumas sugestões de medidas que poderiam ser tomadas para conter a evasão escolar com o objetivo de diminuir o abandono intelectual. Usar argumentos convincentes para motivar os/as estudantes, tratá-los/las com palavras acolhedoras, demonstrar afeto, oferecer apoio emocional, essas são atitudes básicas que podem ajudar a despertar o interesse e a conscientização de que o estudo é imprescindível para a sua vida.

O companheirismo entre estudantes, professores/as, gestor/a da escola, equipe pedagógica, equipe técnico-administrativa é um fator importante que pode proporcionar o respeito e a satisfação de toda a comunidade escolar, despertando a consciência de que é preciso colaborar, o que resultará no sucesso do coletivo escolar. É necessário que as políticas educacionais empreguem medidas para reduzir o nível de evasão nas escolas, oportunizando uma formação educacional sólida aos/às jovens brasileiros/as.

Tais esforços devem subsidiar-se em políticas educacionais que ofereçam condições de trabalho pedagógico competente, não priorizando somente para a consequência do problema da evasão escolar. O/A estudante não pode ser penalizado por causa do fracasso do projeto político do Estado e da escola.

O/A gestor/a escolar dirige a organização pedagógica e administrativa da escola. Sendo assim, espera-se que o/a gestor/a saiba ouvir, acatar boas ideias, “questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com o propósito de coordenar efetivamente o processo educativo, o cumprimento da função social e política da educação escolar” (PRAIS, 1990, P. 86).

O papel do/a diretor/a é, predominantemente, gestor e administrativo, mas sempre com enfoque pedagógico, uma vez que se refere a uma instituição e a um projeto educativo que existe em prol da educação.

Para Libâneo (2004), o papel do/a gestor/a escolar é dirigir e coordenar o andamento do trabalho pedagógico da escola, de acordo com sua função social, assegurar o processo participativo na tomada de decisão na sua implementação, assegurar a implementação de todas as ações planejadas coletivamente, articular e criar momentos para relações entre escola e comunidade escolar, dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como acompanhar e avaliar a prática pedagógica.

Diante destes apontamentos, fica claro o papel do/a diretor/a e do/a pedagogo/a na gestão escolar, pois, o/a pedagogo/a responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico.

Os/As professores/as são peças fundamentais do processo para o combate a evasão escolar, tendo em vista o contato diário com os/as estudantes. Cabe a eles/as o diagnóstico das faltas excessivas dos/das estudantes para que se inicie o processo de resgate.

Os/As professores/as iniciam o processo de combate à evasão, mas os procedimentos seguintes precisam ser compartilhados com toda a comunidade escolar em que todos/as tenham ciência das medidas a serem tomadas.

3. EVASÃO ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da educação, atualizada em 2011, para fazer referência a alguns pontos essenciais que devem ser priorizados no tocante às políticas educacionais aponta no artigo 35 que o ensino médio “terá como finalidade, o aprimoramento do/da estudante como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Nota-se que existe uma divergência em relação ao que se pretende e ao que realmente ocorre, pois a lei estabelece que a educação deve proporcionar o aprimoramento do ser humano, porém evidencia-se a lógica das desigualdades e do abandono escolar pelos/as jovens brasileiros/as.

Políticas públicas sem o merecido direcionamento, em favor de

oportunistas por meio de direcionamentos onde se presa a conveniência, por outro lado, famílias desestruturadas, escolas que não se posicionam para o atendimento dos problemas que provocam os mais diversos tipos de fracassos que atingem os/as estudantes.

Faz-se necessário o comprometimento de todos/as aqueles que estão ligados/as à educação para diminuir a distância entre o que estabelece a lei e o que acontece na realidade, sendo uma das formas de intervenção, as possíveis ações da gestão da escola frente ao enfrentamento da evasão escolar, tendo como objetivo a formação do/a cidadão/ã e sua inserção na sociedade, para viabilizar a sua promoção como pessoa participante das conquistas do município ao qual pertence. Fato que será possível, quando o problema da evasão escolar for enfrentado de forma conjunta por todos/as os/as participantes do contexto escolar, visando sua gradativa redução. A escola, enquanto instituição, cuja finalidade é a formação cidadã dos/as estudantes, deve considerar a realidade social que cerca o/a estudante, para que possa desenvolver seu processo educativo, associado ao contexto em que o/a estudante está inserido/a.

Existem alguns fatores de ordem externa e interna que causam a evasão escolar no ensino médio do período noturno, fatores estes baseados em evidências observadas no exercício de educadora durante vários anos de atuação no referido período.

Quanto aos fatores externos pode-se apontar a falta de estrutura familiar agravada problemas de relacionamento, uniões extraconjugais, problemas de saúde, desvantagens culturais, nível de escolaridade da família, incompatibilidade de horário do trabalho com os estudos, falta de acompanhamento dos/as pais/mães, desinteresse em relação ao destino dos/as filhos/as e drogas.

Referente aos fatores internos pode-se apontar as precariedades nas condições de trabalho, a questão dos elementos afetivos na relação professor/a e estudante, ausência de motivação, falta de pré-requisito, falta de parceria entre escola e família como prevenção da evasão escolar e desentendimentos entre os/as estudantes, entre outros fatores.

Entende-se que é preciso muito empenho frente a estes desafios e

que a escola tem de conhecer e refletir sobre os diferentes aspectos de suas atividades político pedagógicas na tentativa de ofertar uma educação equivalente aos anseios da sociedade e, principalmente superar o entrave representado pela evasão escolar, fato gerador da exclusão do sistema de ensino, de muitos/as jovens desfavorecidos/as socialmente e que precisam estudar no período noturno.

Ciavata (2007), ao analisar a transformação do trabalho e a formação profissional na sociedade da incerteza, explica que desde meados de 1990, algumas experiências e lutas políticas buscam a conquista da democracia, levantam discussões relacionadas à educação, cuja finalidade é formar o ser humano na sua totalidade, “preparando para o trabalho, conhecendo as ciências tecnológicas e os fundamentos histórico - sociais do conhecimento e do trabalho” (CIAVATA, 2007, p.14).

É pertinente mencionar que o combate à evasão escolar começa com o fornecimento de uma educação de qualidade, com professores/as capacitados/as, valorizados/as e estimulados/as a ensinar, dando atenção aos/às estudantes que apresentam maiores dificuldades na assimilação e retenção de conhecimentos, pois são estes que necessitam de uma intervenção em que a autoridade seja exercida através do estabelecimento de limites e da distribuição de responsabilidades, com o devido respeito entre professor/a e estudante.

Entende-se que não existe milagre, mas para dar certo é preciso compreender que é possível, tornando a escola um local prazeroso, de paz, onde impere a compreensão, e acima de tudo, mais atrativa, pois nos deparamos com o grande desinteresse por parte dos/as jovens no que diz respeito a submeter-se aos processos educativos atuais, que não usam de inovações, pois a subjetividade dos/as jovens tem outras mediações, e se não houver um trabalho educativo motivador que corresponda aos seus interesses, os/as mesmos/as simplesmente abandonam os estudos, ficando na marginalidade a qual os/as deixa sem o devido preparo para o enfrentamento da sociedade competitiva da qual fazem parte.

É fundamental buscar métodos alternativos de como encaminhar as práticas pedagógicas já existentes na escola, prever novas possibilidades

educacionais, sempre em sintonia com o contexto da escola, principalmente para o período noturno.

O/A estudante precisa participar da construção do conhecimento, mas o/a professor/a precisa possibilitar essa construção (FERRARI, 2012).

Bruns (1885), em sua dissertação de mestrado, *Evasão Escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais*, conclui que os sujeitos embora sendo possuidores de uma percepção realista das limitações da escola, tendem a atribuir a si mesmos/as os motivos do seu fracasso escolar. Porém, a escola em todos os níveis da educação não pode eximir-se de sua parcela de responsabilidade em relação ao fracasso dos/das estudantes.

Ferreira (2011, p. 02), explica algumas causas da evasão escolar, cujos fatores causadores do problema estão intrinsecamente ligados à escola não atrativa, autoritária, docentes inseguros, mal preparados para o exercício da função que lhes cabe, falta de docentes, ausência de motivação, entre outros.

Estudante sem nenhum interesse pelos estudos, sem disciplina, pouco saudável, e também os casos de gravidez não planejada. Pais/mães e responsáveis desinteressados/as em relação aos estudos dos filhos/as. E o fator social em que o trabalho dos/das estudantes inviabiliza o horário para os estudos, brigas entre os/as estudantes.

Azevedo (2011, p. 05), enfatiza que o problema da evasão escolar no Brasil apresenta-se como um dos “maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como [...] a escola onde professores/as têm contribuído a cada dia” para a manutenção e agravamento do problema através de metodologias ultrapassadas que não chamam a atenção dos/as estudantes.

Ao analisar o exposto pelo autor e pela autora acima conclui-se que as políticas educacionais precisam rever a formação de professores/as que a cada dia torna-se mais preocupante, haja visto a infinidade de formações EaD, mesmo para quem acaba de sair do ensino médio. Cerca de setenta milhões de pessoas já estão aprendendo por meio de cursos disponíveis na internet. No futuro, o treinamento para todos/as os/as trabalhadores/as do planeta estará disponível na Internet.

A concepção de EaD é que devemos aproveitar as facilidades que ela nos oferece, porém é preciso fazer algumas ressalvas, porque a EaD para quem já possui formação é uma excelente forma de aperfeiçoamento, mas para quem precisa de uma formação inicial, imagina-se que a EaD, ainda não está completamente adequada para oferecer uma certificação a nível de licenciatura, pois os/as estudantes precisam dos contatos humanos, sonoros, visuais e afetivos que apenas em uma sala de aula convencional poderão ser oferecidos.

Kuenzer (2002, p. 17), na pesquisa, *Conhecimento e Competência no Trabalho e na Escola*, define que “a escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana”. Visto que o conhecimento é o mediador da sociedade e, portanto responsável pela emancipação do ser humano.

A melhoria do ensino público envolve ações de articulação voltadas para a busca de solução do problema da evasão escolar no período noturno, questão levantada por este estudo.

Os/As educadores/as devem ter a compreensão do quanto é importante a sua participação mostrando o seu interesse e dedicação na participação deste projeto de intervenção, pois exposto a eles/as toda a visão desta problemática, para que assim os/as mesmos/as possam contribuir com opiniões e alternativas que poderão ser postas em prática no dia a dia. Desta forma, pretende-se que a escola passe a ser um ambiente que tenha a participação de todos/as e não apenas o local de trabalho do qual fazem parte.

Depreende-se deste envolvimento, que o trabalho depende principalmente dos recursos viabilizados por parte do governo, tanto para atendimento aos/às estudantes como também para os/as educadores/as, por meio de políticas voltadas para a melhoria de condições gerais e relacionadas ao bem estar dos/as profissionais da educação, fazendo com que tenham condições de atuação mais específicas e condizentes com as realidades no contexto de cada escola, turno, turma, estudante, inclusive com uma valorização mais adequada à função de educador/a, tornando-o/a assim apto/a em todos os sentidos e compromissado/a com o seu dever de educar. Estes são requisitos imprescindíveis para auxiliar no enfrentamento da evasão escolar.

Neste sentido entende-se que seja possível reduzir o percentual de evasão do ensino médio do período noturno, basta propor ações que atinjam diretamente os/as envolvidos/as nesta problemática. Esse é o grande desafio.

A falta de comprometimento da escola com a função de ensinar pode provocar desinteresse por parte dos/as estudantes em permanecer na escola. Saviani (1996) expõe que atualmente a escola desenvolve toda sorte de atividades que a leva a perder a sua própria essência. À escola compete a função do ensino, da instrução. Parece que a escola cuida de tudo, menos de ensinar, de instruir. O ano letivo inicia em fevereiro, logo vem o carnaval e na sequência uma lista enorme de datas comemorativas com as quais a escola gasta bastante tempo. E assim chega o final do ano letivo. E a questão é: estudou-se Português, Matemática, etc? Enfim, o que realmente deveria ser tratado na escola foi deixado em segundo plano. “As comemorações acabaram esvaziando os conteúdos específicos da escola” (SAVIANI, 1996, p. 159).

De fato, o autor acima menciona situações corriqueiras nas escolas durante todo o ano letivo que acabam por não acrescentar nenhum saber sistêmico para a educação escolar dos/das estudantes.

Segundo dados do Inep, a taxa de evasão escolar no ensino médio da rede estadual atingiu em 2010 um índice 10,3% no País, 6,7% no Paraná. De acordo com o Inep, os números estão dentro da média considerada tolerável.

O fenômeno do abandono escolar tem sido objeto de estudos e análises realizados por diversos especialistas da área, desde que se faz pesquisa educacional no país. A evasão escolar está associada à situação econômica das famílias em que os/as jovens sentem-se obrigados a abandonar a escola por necessidade de trabalhar e a impossibilidade de conciliar as duas tarefas. É um problema que tem um caráter político e social, e envolve ações de articulação, cuja maior responsabilidade é de atribuição do governo, pois a ele compete as decisões que interferem diretamente na sociedade.

Vários motivos podem afastar os/as jovens da escola como a necessidade de trabalhar para ajudar a família ou simplesmente a falta de interesse. Porém, quem abandona a escola procura direcionar seus/as filhos/as para que sigam o caminho dos estudos.

A democratização do acesso, da permanência e do sucesso dos/das

estudantes os/as leva à dedicação aos estudos e quando percebem que estão aprendendo, que os seus direitos estão sendo respeitados como sujeitos socioculturais, históricos e de conhecimento, esses/as “estudantes acabam projetando uma trajetória escolar, acadêmica e profissional mais significativa, visão que acaba sendo valorizada pelos familiares e professores/as” (CONAE, 2010, p. 64).

Torna-se importante verificar alguns indicadores que dão a dimensão do acesso, permanência e sucesso dos/as estudantes no processo educativo nacional, “cerca de 80% das pessoas de 15 a 17 anos estudam e apenas pouco mais de 30% dos de 18 a 24 anos, sendo que, destes, 71% ainda estavam no ensino fundamental ou médio; a defasagem idade-série” continua sendo um dos grandes problemas da educação básica; é baixa a média de anos de estudo da população brasileira, que gira em torno de seis anos de escolarização; em 2005, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 45,3% (CONAE, 2010, p. 64).

Portanto, é necessário criar condições para reduzir a defasagem série-idade, repetência, evasão, presente com maior ocorrência no período noturno.

Sousa (2011, p. 27), expõe sobre os fatores externos e internos causadores da evasão escolar, sendo que os externos estão relacionados “ao trabalho, às desigualdades sociais, à relação familiar e às drogas. Os internos mais comuns estão assentados na própria escola, na linguagem e no/a professor/a”.

[...] a evasão [...] está longe de ser problema relacionado às características individuais dos/das alunos/as e suas famílias. Ao contrário, são reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade. [...], a evasão e o fracasso escolar trazem embutida na sua problemática a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola. Esta tese apoia-se teoricamente no pensamento educacional da doutrina liberal, que oferece argumentos legitimadores da sociedade capitalista, a qual tenta fazer com que as pessoas acreditem que são responsáveis pelo sucesso ou fracasso social. O fato de ser a escola das classes populares que fracassa ocorre em virtude de servir de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa (SOUSA 2011, P.28).

Percebe-se que as pesquisas sobre a evasão escolar apontam que por um lado há aspectos externos à escola que influenciam diretamente na vida escolar e

de outro lado, aspectos internos da escola que também interferem no processo socioeducacional em todos os níveis, que direta ou indiretamente, excluem os/as menos favorecidos/as da escola.

4. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

É evidente a necessidade do comprometimento de todos/as que estão ligados/as à educação, para diminuir a distância entre o que rege a lei e o que realmente acontece, pois a ação prioritária é o combate à evasão escolar do ensino médio do período noturno, cuja meta é garantir a formação do ser humano e sua inserção na sociedade.

[...] a metodologia da ciência não se esgota na lógica formal de investigação científica, cuja finalidade é mostrar as leis sincrônicas do conhecimento através da lógica simbólica; é preciso acrescentar-lhe outra lógica, que permita abranger o objeto em todos os seus aspectos, todas as relações e mediações, em seu desenvolvimento, automovimento, incorporando a prática humana quer como critério de verdade, quer como determinante prático da relação entre o objeto e aquilo que o homem necessita (KUENZER, 1998, p. 56).

Da citação acima, conclui-se que a ciência é uma fonte inesgotável de conhecimento e a prática humana não é capaz de encontrar meios que possibilitem a abrangência do objeto em todos os aspectos, visto que é impossível o conhecimento da totalidade de uma verdade abstrata.

“Todos os níveis da administração escolar devem estar em consonância com a comunidade escolar” (FERRARI, 2012).

Assim, esta produção está em consonância com o Projeto de Intervenção, produzido pela professora PDE. Dessa forma, esta produção didático pedagógica sugere a disponibilização de uma relação de textos cujos temas visam a construção de conhecimentos e/ou aperfeiçoamento sobre políticas públicas para a educação, o problema da evasão escolar e o papel da escola frente a essa problemática.

Esta intervenção acontecerá no primeiro semestre do ano letivo de 2013, tendo início com uma explanação feita pela professora PDE direcionada aos/às educadores/as do colégio sobre as ações a serem realizadas, para que tomem

conhecimento dos objetivos e também para que possam colaborar no intuito de alcance dos mesmos.

Os textos sobre políticas públicas da educação, papel da escola e evasão escolar serão apresentados aos/às professores/as do período noturno da escola objeto da implementação deste trabalho durante a hora atividade de cada um/a.

Apresentar aos/às professores/as, gestores/as, equipe pedagógica e equipe técnico-administrativa, um questionário cujas respostas são objetivas e elucidam a problemática da evasão escolar dos/das estudantes do período noturno. Esses dados não serão identificados com informações pessoais.

Os/as estudantes também devem responder um questionário sobre suas expectativas em relação à escola e ao seu futuro. Esse procedimento será realizado em todas as turmas do período noturno, sendo uma turma de cada vez. Enfim, dentro das possibilidades, resolver o problema de cada um/a, para tentar trazê-lo/a de volta para a sala de aula.

O diálogo e a negociação são estratégias pertinentes no sentido de motivar os/as estudantes do período noturno para que permaneçam na escola. É importante o apoio do/a gestor/a da escola para que os/as estudantes possam conciliar seu horário escolar e as demais obrigações do dia a dia, como o trabalho, os interesses particulares, e a escola precisa considerar esses fatores articulando estratégias direcionadas aos/às estudantes do período noturno, respeitando a individualidade de cada um/a, para que os problemas que influenciam o afastamento dos/as estudantes da escola sejam menos frequentes.

Esta produção didático pedagógica está aberta a sugestões que contribuam para o enfrentamento da evasão escolar do período noturno durante a implementação na escola, acolhendo opiniões, discutindo fragilidades e avanços, a fim de que o fenômeno da evasão escolar seja minimizado e os resultados obtidos sejam satisfatórios.

O princípio da prioridade absoluta, constitucionalmente garantido quanto à educação, somente será cumprido, quando o problema da evasão escolar for enfrentado de forma articulada, com vista a sua gradual redução.

E por fim vale ressaltar que a gestão escolar é fundamental na dinâmica escolar, por isso a necessidade do trabalho comprometido e coletivo, considerando a escola em sua totalidade. Para tanto é preciso avançar no sentido

de incorporar uma dinâmica de enfrentamento da evasão escolar, cujo eixo seja o trabalho coletivo e a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

Sugere-se aos/às profissionais da educação que assistam a três filmes, cujos roteiros enfatizam a determinação dos/as protagonistas para que os objetivos da escola sejam alcançados. Um dos filmes é brasileiro e seu título é “Pro Dia Nascer Feliz”. Direção: João Jardim. Um dos pontos fundamentais que o filme trata é a relação professor/a/estudante. Outro ponto importante do filme é como ele trata a psicologia de cada estudante, em suas preocupações e suas perspectivas para o futuro. É um documentário com duração de 88 minutos, lançado em 02 de fevereiro de 2007.

O outro filme é chinês e seu título é “Nenhum a Menos”. Direção: Zhang Yimou. O filme conta a história de uma garota de treze anos que no interior da China comunista, fica com a obrigação de cuidar das crianças de uma escola primária muito pobre. Prometem a ela, uma recompensa, se não permitir que nenhuma criança abandone a escola. É um drama com duração de 106 minutos, vencedor do Leão de Ouro de melhor filme no Festival Internacional de Cinema de Veneza em 1999.

E o terceiro filme é de origem americana e tem como título, “A Sociedade dos Poetas Mortos”. Direção: Peter Weir. É um filme que deve ser visto e discutido pelos/as educadores/as brasileiros/as, aos/às quais recomenda-se atenção para o que ele representa em termos de educação moderna. É uma comédia dramática com duração de 128 minutos, lançado em 28 de fevereiro de 1990.

Os filmes citados acima direcionam para a reflexão da prática pedagógica desenvolvida pelos/as professores/as.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e Consequências da Evasão Escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Espedito Alves”**– Angicos/RN. Disponível em: <http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/artigo_13.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010).

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Evasão Escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais**. Campinas, São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação na área da Psicologia Educacional), Faculdade de Educação – UNICAMP.

CIAVATTA, Maria; TREIN, Eunice. **A transformação do Trabalho e a Formação Profissional na Sociedade da Incerteza**. 30ª Reunião Anual, 2007. Disponível em: <<http://www.Anped.org.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2012.

CONAE. Documento Final. **Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**, 2010.

FERRARI, Pedro. **Psicopedagogia Institucional**. Aulas ministrada no PDE. 12/11/2012. Cornélio Procópio, PR. PDE, 2012.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Evasão Escolar**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/159.htm>>. Acesso em 10/11/2012>.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico - Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

HIDALGO, Ângela Maria. **Globalitarismo, Estado Mínimo e Gestão Compartilhada**. In: LIMA, Antônio Bosco de. Estado, Políticas Educacionais e Gestão Compartilhada. 1ª edição. São Paulo: Xamã Editora, 2004. p. 101-120.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão.** Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo, 2006.

_____. **Conhecimento e Competência no Trabalho e na Escola.** Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Desafios Teórico-Methodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola.** In: FRIGGOTTO, Gaudêncio [Org]. Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARX, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, publicada no Diário Oficial da União Seção 1, p. 20, em 31 de janeiro de 2012.

NAGEL, LÍZIA Helena. **Função Social da Escola: desafios e perspectivas.** V Encontro de Pesquisa em Educação / XVII Semana de Pedagogia da UEM / III Jornada de Gestão Escolar. Palestra de abertura do Evento: Função Social da Escola: Desafios e Perspectivas. 20 de setembro de 2010. Anfiteatro Dona Guilhermina- Maringá / PR.

NERI, Marcelo. **Motivos da Evasão Escolar.** Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Para o Trabalho!!! Parem de Preparar - Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica.** Trabalho apresentado no Seminário "Trabalho, Formação e Currículo", realizado na PUC-SP de 24 a 25/8/1998 e publicado em: FERRETTI, Celso João et alii; orgs. Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo, Xamã, 1999. p. 101-120. Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O Materialismo Histórico Dialético.** Texto apresentado na mesa-redonda Paradigmas de Interpretação da Realidade e

Projetos Pedagógicos, organizada pelas disciplinas de Pedagogia Médica e Didática Especial dos Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu, em agosto de 1996.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração colegiada da escola pública**. 3ª Edição. Campinas: Papyrus, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias**. In: FERRETTI, Celso João et al; orgs. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUSA, Antonia de Abreu. *et al.* **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

TORRES, Márcia Cristina Nogueira. **Direito à Educação: A Evasão Escolar causada pelo trabalho infantil**. Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-Graduação em Ministério Público-Estado Democrático de Direito, Fundação Escola do Ministério Público do Paraná - FEMPAR, Faculdades Integradas do Brasil - UniBrasil. Curitiba, 2010.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza; ORSO, Paulino José [org]. **Estado, Educação e Sociedade Capitalista** - Cascavel: Edunioeste, 2008. 247 p. (Coleção Sociedade, Estado e Educação, nº 2).